

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil Class.: Amaz./Internac
Data 13/08/93 Pg.: 3 112

Exército teme cerco dos EUA na Amazônia

■ Generais relatam na Câmara que americanos, além de promover manobras, estariam montando bases na Guiana e na Colômbia

BRASÍLIA — O Ministério do Exército pediu uma sessão reservada na Comissão de Defesa Nacional da Câmara para denunciar que as Forças Armadas dos Estados Unidos estão se preparando para montar bases militares próximas ao território brasileiro. Numa tentativa de demonstrar a vulnerabilidade da fronteira Norte, os subchefes do Estado Maior do Exército, generais de brigada Ciro Imbuzeiro e Carlos Uchôa, revelaram aos parlamentares que os americanos não se limitam a realizar manobras militares na Guiana, mas em vários países da Amazônia.

No encontro a portas fechadas, os dois oficiais pela primeira vez apresentaram no Congresso Nacional um relato minucioso com informações sigilosas sobre o deslocamento das tropas dos Estados Unidos que estão realizando operações conjuntas com militares dos países vizinhos ao Brasil. Segundo revelou um deputado que ouviu o relato, os generais mencionaram até as datas e locais em que os americanos movimentaram suas tropas. Esse mesmo parlamentar revelou que o governo dos Estados Unidos, segundo a exposição do Estado Maior do Exército, estaria montando bases militares na Guiana e na Colômbia. "As instalações existentes serão transformadas em bases já que apenas a presença no Panamá não satisfaz os interesses econômicos dos americanos no hemisfério do Sul", afirmou o deputado, impressionado com as proporções da mobilização militar dos EUA próxima à fronteira brasileira.

A exposição dos generais durou quase duas horas e eles chegaram a citar que, além dos americanos, franceses e ingleses também estariam participando de manobras na região. Para acentuar a falta de proteção da fronteira amazônica, pouco antes dos oficiais o secretário de Assuntos

Estratégicos, almirante Mário César Flores, reclamou na mesma comissão da falta de recursos o Projeto Calha Norte.

Outro deputado que acompanhou a apresentação garantiu que em nenhum momento os generais falaram que o governo brasileiro teme uma invasão. "Eles afirmaram que o caso não é para xenofobia nem negligência. Mas que deve ser levado em conta como uma questão de autodefesa", comentou o parlamentar. Os generais Imbuzeiro e Uchôa contaram ainda que o governo brasileiro tem recebido constantes pedidos de treinamento conjunto com as tropas americanas na Amazônia. "Os Estados Unidos têm seus interesses e nós os nossos", teria argumentado um dos generais na sessão assistida apenas por deputados e assessores da Comissão de Defesa Nacional. De acordo com outro parlamentar de comissão, os oficiais fizeram questão de dizer que as relações com os militares dos EUA são boas e que não há qualquer tipo de conflito.

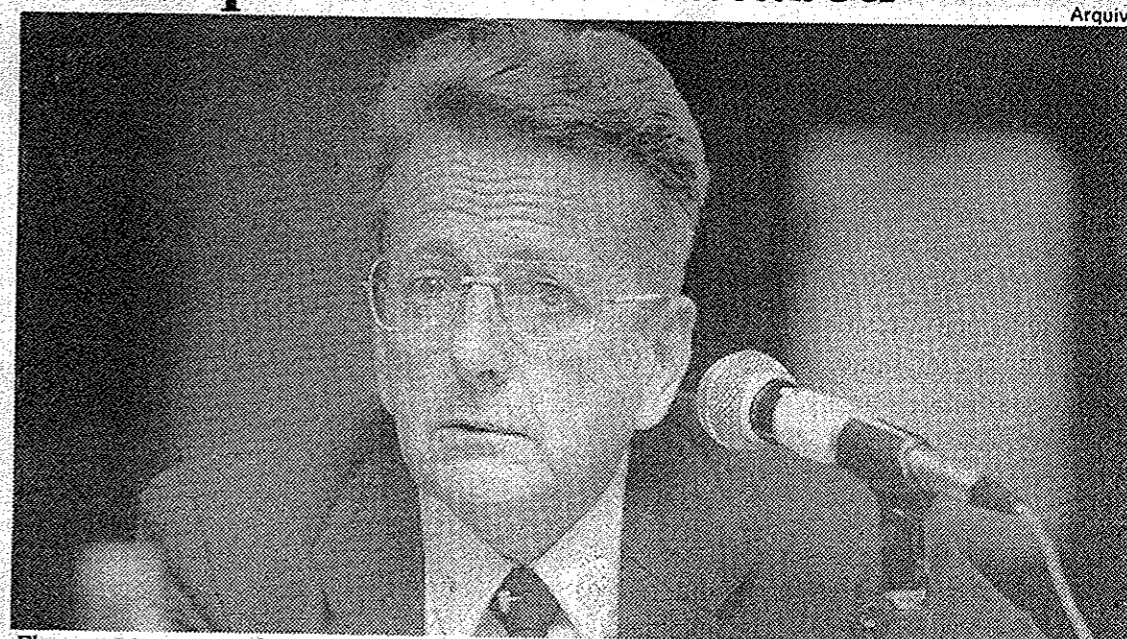
□ O deputado venezuelano Donald Ramirez, ex-presidente da Comissão de Defesa da Câmara de seu país, disse ontem que a presença militar dos Estados Unidos na Amazônia é perigosa e não convém aos interesses da América Latina, seja em exercícios na selva ou na instalação de uma base na Guiana. Para Ramirez, a experiência do passado recente indica que a presença militar estrangeira tem provocado ingerência abusiva nos países do continente. Outro deputado venezuelano, Walter Marquez, afirmou que seu país tem interesse em participar do sistema de vigilância da Amazônia que o Brasil planeja instalar. Segundo Marquez, aos radares brasileiros se somariam informações das forças armadas venezuelanas.

O secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Mário César Flores, revelou que a diminuição dos investimentos no Calha Norte nos últimos quatro anos levou o projeto de ocupação e proteção da fronteira amazônica ao colapso. Em reunião com os deputados da Comissão de Defesa Nacional, Flores disse que os recursos destinados ao projeto caíram de US\$ 12,9 milhões, em 1990, para US\$ 8,1 milhões. "Sendo assim, é preferível dizer que não há mais projeto", alertou o secretário.

Flores fez questão de desvincular a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) do Projeto Calha Norte. Ele admitiu, no entanto, que essa iniciativa do Conselho de Defesa Nacional, integrado pelo presidente da República, ministros de Estado e presidentes da Câmara e Senado, será responsável pela vigilância eletrônica do Calha Norte. O secretário ressaltou que a previsão orçamentária para 1994 não deixa muitas esperanças sobre a continuidade do projeto de ocupação da faixa de fronteira.

Segundo Flores, o valor para o próximo ano é ainda menor do que o de 1993. Ele ressaltou que o contingenciamento dos recursos do orçamento da União afetou ainda mais o projeto. Dos US\$ 10,7 milhões previstos para 1992 apenas 50% foram liberados e dos US\$ 8,1 milhões de 1993, 40% ficaram bloqueados. "Não há milagre com CRS 5 mil", reclamou.

Flores diz que Calha Norte acabou



Flores criticou corte de verbas e disse que o Calha Norte não é um projeto com finalidade militar.

No encontro com os parlamentares, o almirante disse que a ausência dos outros setores do governo no Projeto Calha Norte foi uma das principais dificuldades para sua implantação. "Ao contrário do que a imprensa diz, o programa não é a militarização da área", argumentou Flores. "Com o passar do tempo, a ausência e a retração de outros setores, como a Polícia Federal, Funai, e área de Saúde, naturalmente o Exército foi tendo uma preponderância que não quis, não pediu." O secretário de Assuntos Estratégicos apontou ainda a questão indígena, a população rarefeita, as grandes áreas de floresta como outras dificuldades na implementação do Calha Norte.

Licitação — Flores aproveitou a reu-

nião com os parlamentares para explicar como será colocado em prática o Sivam. De acordo com ele, serão necessários investimentos de US\$ 600 milhões a US\$ 800 milhões para montar o Sivam, que poderá começar a operar em um ano. O secretário disse que a aquisição de equipamentos considerados sigilosos justificam a dispensa de licitação, autorizada pelo Conselho de Defesa Nacional.

O governo brasileiro permitirá a formação de consórcios de empresas nacionais e estrangeiras. Os equipamentos, que incluirão radares, sensores para detectar queimadas e computadores, poderão ser de fabricação estrangeira, mas os programas de informática (*software*) serão obrigatoriamente nacionais.

Arquivo